



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

02/05/2018

INDICE

1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. JUÍZES	
2.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	2 - 3
3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	4

IFMA vai capacitar detentos em Unidade Prisional

Nesta primeira etapa, dez internos do Unidade Prisional de Santa Inês serão capacitados com o curso de Operador de Computador ofertado pelo Campus Santa Inês

Detentos que cumprem pena na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Santa Inês vão ser beneficiados com a oferta do curso de Operador de Computador pelo Campus Santa Inês do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Trata-se do programa Digitando uma Nova História, parceria estabelecida entre o IFMA, Ministério Público e o Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. O lançamento do programa ocorreu na terça-feira (24), com a presença de gestores do IFMA, Ministério Público, Judiciário local, professores e os internos cursistas. As aulas iniciaram na quarta-feira (25). Nesta primeira etapa dez internos serão capacitados.

Atualmente, a Unidade Prisional de Santa Inês possui mais de 150 detentos. Os selecionados vão assistir as aulas teóricas e práticas nas tardes de segunda à quinta-feira. Com um total de 200 horas/aula, a previsão de encerramento do curso é no mês de julho. "A cada três dias de curso os internos reduzem um dia das suas penas. Já temos uma fila de espera", explica Cid Leila Nunes, Assistente Social da unidade.

Um dos atendidos pelo programa é Glauber Sena de Brito (34), condenado a mais de oito anos de prisão. "Esse projeto é muito importante. A sociedade não nos enxerga com bons olhos, com interesse. E aqui é uma oportunidade de começar uma nova história. Irei me dedicar ao curso", afirma Glauber que já cumpriu dois anos e espera se qualificar para ajudar

no sustento da família - esposa e três filhos que lhe aguardam em Belém-PA.

Para o Reitor do IFMA, professor Francisco Roberto Brandão a instituição não pode se furtar de assumir a sua função social. "O processo educativo é uma constante. Nós precisamos trabalhar essa ferramenta que é a educação para melhorar a nossa realidade. Ela deve atender principalmente os que mais necessitam. A educação é capaz de promover uma transformação social, de mudar a nossa realidade, de mudar a vida de vocês. E é essa mensagem que trago para vocês. O Campus Santa Inês, sua gestão e seus professores estão dando um grande passo com esta ação.

"A sociedade tem muita resistência com os detentos que após integralização da pena procuram oportunidades. Quando procurei o IFMA, que fiz um convite, achei que iria dar frutos. Porém, confesso que não esperava que fosse tão rápido. De forma muito positiva fui surpreendido com o retorno do gestor do Campus Santa Inês informando que já havia reunido com os professores, com o Reitor e que estes haviam abraçado a iniciativa", detalha Sandro Carvalho Lobato, Promotor de Justiça.

Já o Diretor-geral do Campus, Aristóteles de Almeida explica que o Programa tem previsão de atender mais dois públicos. "Nesta primeira etapa vamos trabalhar aqui, na UPR. E também iremos atender na

segunda e terceira etapa mulheres vítimas de violência e menores de idade em situações de conflito com a lei", destaca o professor.

A parceria também inclui o empresariado local. Presente ao evento, o empresário João Nojoza é um dos apoiadores do programa. Ele já se prepara para oportunizar um emprego a um dos internos. "Abraçamos o programa de imediato. Vamos contribuir para que essas pessoas possam ter uma oportunidade de recomeçar suas vidas", disse Nojoza, que atua no ramo de medicamentos.

Integraram a mesa de honra do lançamento do programa o Reitor do Instituto Federal do Maranhão, professor Francisco Roberto Brandão Ferreira; O Diretor-geral do Campus Santa Inês, professor Aristóteles de Almeida Lacerda Neto; o Promotor de Justiça da segunda Promotoria de Justiça de Santa Inês, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho; a Juíza da segunda vara da comarca de Santa Inês, Luciany Cristina de Sousa; o Defensor Público Estadual, Uallasse Rocha Louzeiro; e o Diretor-geral da unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês, Carlos Marques Moraes Coelho.

O Programa Digitando uma Nova História objetiva promover a inclusão, de forma digna, e oportunizar a capacitação de pessoas que estão às margens da sociedade ou em fase de ressocialização através de cursos Formação Inicial e Continuada (FIC).

FIC em Operador de Computador - O Curso na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador, presencial, tem como objetivo geral propiciar capacitação profissional atrelada ao eixo tecnológico Informação e Comunicação. Utiliza sistemas operacionais, aplicativos e periféricos na organização de dados e sistemas computacionais. No total, 200 horas são ofertadas e os estudantes concluintes serão certificados pelo Campus Santa Inês do IFMA. **(Assessoria)**



Os selecionados vão assistir as aulas teóricas e práticas nas tardes de segunda à quinta-feira.

Reprodução

FOTOS: DIVULGAÇÃO



O advogado Marcelo Lobato, sócio do renomado escritório Silveira, Athias Advogados, será um dos palestrantes convidados do evento Encontros Temáticos Conima, que acontece nessa quinta-feira, 3, às 19h, na sede da Associação Comercial do Maranhão. O tema das palestras e debates será "Novas Oportunidades para a Advocacia - Mediação, Arbitragem, Meios Digitais de Solução de Conflitos e Resolução N. 43/2017 do TJMA". A promoção é do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem / Conima

A administração pública é uma pedra no caminho do SUS?

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

As normas que regem a administração pública no Brasil são inadequadas ao peso que se atribuiu ao Estado em nosso modelo constitucional, em especial na saúde, regida por princípios de universalidade e integralidade. As normas públicas, da forma como evoluíram desde 1988, tiveram por objetivo evitar os nefastos efeitos da desonestidade na gestão pública, mas não deram a devida atenção às consequências sobre a gestão como um todo.

As pedras no caminho não são apenas as leis, mas todo um sistema que permite a diuturna criação de regras por autoridades de controle, a instituir obstáculos às ações necessárias do Estado. É o que o ministro Bruno Dantas, do TCU, chamou de infantilização da gestão pública, que desestimula a inovação, amedronta o gestor honesto e interfere na implementação dos compromissos assumidos pelo governo democraticamente eleito.

Seria razoável imaginar que normas mais rígidas gerariam um alto nível de confiabilidade e segurança, ainda que à custa da lentidão dos processos públicos, mas o tiro saiu pela culatra. A lei de licitações está, com o financiamento eleitoral, no coração dos escândalos de corrupção da história recente do país. A dificuldade gera oportunidade para vender facilidade. O regime jurídico do servidor público, ou a forma como é aplicado, é um dos grandes entraves para avançar em modelos melhores de gestão de pessoas, baseados em resultados, monitoramento, premiação por desempenho e qualidade.

O efeito é inexorável: os órgãos públicos em todo o Brasil estão aquém do que poderiam atingir em termos de eficiência e resultados. A lentidão não é exclusividade dos órgãos do Executivo. O tempo médio para a conclusão de um processo judicial na primeira instância é mais de três anos na Justiça Estadual e mais de quatro, na Justiça Federal, segundo dados do CNJ. As auditorias e investigações dos órgãos de

controle são concluídas anos depois dos atos analisados. Todos os órgãos públicos, dos Três Poderes, são lentos em seus processos internos.

No entanto, em saúde, não há espaço para lentidão. Urgência é regra. A velocidade de resposta marca a diferença entre a vida e a morte, entre a recuperação e a sequela. As regras do jogo, contudo, são as mesmas. Compra-se um quimioterápico da mesma forma que se compra café para a repartição. Recupera-se uma unidade de saúde com as mesmas regras com que se conserta a calçada da esquina.

Não é só o Executivo que faz saúde. A crescente judicialização das questões sanitárias exacerbou o envolvimento do Judiciário. Em 2017, foram 1.346.931 processos judiciais sobre saúde. Também demoram anos para se concluir, mas a discussão esgota-se por meio de liminares que não se aprofundam no mérito. Afinal, a saúde não espera e não admite lentidão. Concedida a liminar, resta aos gestores da saúde cumpri-la imediatamente, mas com os mesmos instrumentos que não lhes permitem planejar, executar ou monitorar com eficiência. E com o mesmo orçamento minguado para atender à demanda crescente, principalmente em tempos de crise.

As regras são inadequadas e o Estado precisa cumprir seu dever de fazer saúde, de forma universal, integral e tempestiva. Como fazer essa conta fechar? Primeiramente, destina-se boa parte dos recursos públicos para instituições privadas filantrópicas, que não se submetem às mesmas regras e, portanto, conseguem maior agilidade. Em segundo lugar, Estados e Municípios têm buscado modelos jurídico-administrativos com regras mais razoáveis, como fundações, empresas públicas, serviços sociais autônomos e parcerias com organizações sociais, todos enfrentando resistência dos defensores de um "Estado puro". Os Legislativos locais e federal, bem como o STF, reconhecem legitimidade a esses modelos para a saúde pública, sem os quais a situação estaria pior.

Esses novos modelos são úteis para o momento que vivemos e procuram responder às necessidades da população, mas não seriam necessários se houvesse espaço para discutir com seriedade uma profunda reforma administrativa, em especial na saúde, mas também em geral. O SUS está em perigo se não tivermos a coragem de promover as mudanças necessárias para corrigir os rumos da administração pública no Brasil.